



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/11/2016

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	3
2.2. COMARCAS.....	4 - 6
2.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7 - 8
2.4. PRESIDÊNCIA.....	9
2.5. VARA CRIMINAL.....	10 - 13
3. JORNAL EXTRA	
3.1. DECISÕES.....	14
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. COMARCAS.....	15
4.2. CONVÊNIOS.....	16 - 17
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. AÇÕES TJMA.....	18
5.2. JUÍZES.....	19
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. DECISÕES.....	20
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	21 - 22
7.2. CONVÊNIOS.....	23
7.3. DECISÕES.....	24
7.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	25

■ MATRIMÔNIO ■

Casamento Comunitário será celebrado por 112 juízes

Cento e doze magistrados vão participar da cerimônia de Casamento Comunitário gratuito que reunirá cerca de 950 casais no dia 12 de novembro, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Bacanga, em São Luís.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, assinou a Portaria (nº 4009/2016) de designação dos magistrados de comarcas de todo o Estado que vão se deslocar de suas unidades judiciais até a cidade universitária para colaborar na celebração dos matrimônios.

Dentre os convocados estão cinco juízes auxiliares da CGJ: Sara Gama, Rosária Duarte, José Américo, Márcia Chaves e Gladiston Cutrim, e mais 40 novos juízes que ingressaram no último concurso realizado pelo Tribunal de Justiça.

Segundo informações da secretaria da CGJ, os noivos devem chegar ao local da cerimônia às 15h e se dirigirem ao posto de atendimento do cartório onde deu entrada nos documentos da inscrição para receber a certidão de casamento.

Em reunião com os servidores, o diretor Adriano Campos lembrou que o "Casamento Comunitário" é o maior projeto da Corregedoria e pediu o empenho de todos os coordenadores, chefes e servidores na realização da solenidade.

INSPEÇÃO - Na última terça-feira, uma equipe de servidores da Corregedoria visitou o Centro de Convenções da UFMA e inspecionou

o espaço disponível para acomodar os casais; a distribuição das cadeiras no ambiente; a sala para os magistrados celebrantes; o estacionamento e a logística dos serviços de saúde, apoio e segurança do evento.

Na próxima semana será realizada, no local, uma reunião das equipes de servidores que vão trabalhar na recepção, condução e orientação dos casais e na entrega das certidões, conforme a serventia extrajudicial de registro dos proclamas.

CONVOCAÇÃO - A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) está fazendo uma última convocação dos casais pré-inscritos no casamento que ainda não regularizaram pendências de documentos em seus processos de habilitação para resolverem esse impedimento.

Os noivos citados na lista divulgada pela Corregedoria têm até a próxima segunda-feira, 31 de outubro, para comparecer a um dos cartórios (2ª, 3ª, 4ª, ou 5ª zonas) onde está vinculado o processo de habilitação e regularizar a situação. Caso contrário, não poderá participar da solenidade.

No dia 10 de outubro, a Corregedoria publicou no Diário da Justiça (Edição nº 186/2016) os editais de proclamas dos noivos que requereram habilitação para o casamento comunitário. Qualquer impedimento ou causa suspensiva para a união civil desses casais deve ser apresentado por escrito ao cartório competente.



Cento e doze magistrados vão participar da cerimônia

Prorrogadas as inscrições para casamento

ALTO PARNAÍBA - Estão prorrogadas para o dia 30 deste mês as inscrições para o casamento comunitário que a comarca de Alto Parnaíba promove no dia 20 de janeiro, às 17h, na Câmara de Vereadores do município.

Comarca de S. Bento realiza julgamentos

Sessões do Tribunal do júri foram realizadas em Palmeirândia pelo juiz Marcelo Moraes Rego

A Comarca de São Bento realizou uma série de julgamentos no período de 24 a 27 de outubro, totalizando quatro sessões do Tribunal do Júri. Os réus dos júris foram José Ribamar Galvão, Maicow Dourado, Edvan da Silva Mineiro e Ierbert Ierbert de Jesus Pereira. De acordo com informações da secretaria judicial esses julgamentos são de processos que atendem à meta do ENASP (Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública). Para o mês de novembro, a agenda apresenta ainda cinco sessões, marcadas para o período de 7 a 11. As sessões foram realizadas em Palmeirândia, termo judiciário de São Bento.

O primeiro julgamento aconteceu no dia 24, tendo como réu José Ribamar Galvão. Ele está foragido e foi condenado a 12 anos de prisão. Ele estava sendo acusado da morte

de Juvenal Martins, em crime ocorrido no ano de 1993.

Já no dia 25, o réu foi Maicow Dourado, que acabou recebendo a pena de 14 anos de reclusão. Consta na denúncia que na data de 10 de setembro de 2013, no povoado Santa Maria, o acusado teria desferido um tiro de espingarda em Adeílto José Oliveira Viégas.

Na quarta-feira, dia 26, foi a vez do julgamento de Edivan da Silva Mineiro. Mesmo foragido, ele foi julgado e recebeu a pena de 12 anos de prisão sob acusação de ter matado, a golpe de faca, Antônio Nonato Martins Oliveira. No último julgamento da série, o réu foi Ierbert de Jesus Pereira, que estava sendo acusado pela morte de Raimundo Ribeiro. ●

Íntegra em oestadoma.com/417320

Comarca de Bom Jardim distribuirá cestas básicas

Projeto Natal Feliz, lançado pelo juiz Raphael Leite Guedes, busca arrecadar cestas básicas e presentes para carentes; detalhes da ação ainda serão divulgados

BOM JARDIM

A Comarca de Bom Jardim sai na frente e lança o Projeto Natal Feliz para arrecadar cestas básicas e presentes para serem doados a adultos e crianças carentes da comunidade local. O juiz titular da comarca, Raphael Leite Guedes, é o idealizador da iniciativa.

De acordo com o magistrado, a ação atende ao princípio da dignidade da pessoa humana e solidariedade para com o próximo e é uma forma de inclusão social dessas pessoas no período de festas de fim de ano que se aproxima.

Cidadãos e empresas privadas que quiserem fazer doações devem se dirigir à Secretaria Judicial do Fórum ou depositar os itens na caixa especialmente destinada para o depósito voluntário das doações, identificada com o nome do projeto, disponibili-

SAIBA MAIS

Cestas e presentes no Natal

Sugestão de cesta básica

1kg de feijão
1kg de arroz
1kg de açúcar
1 pacote de sal
1 pacote de fubá
1 lata de óleo
1 pacote de bolacha
1 pacote de macarrão
1 achocolatado
1 suco em pó
1 pacote de bolacha salgada

Sugestão de cesta de Natal

1 panetone
1 pacote de bolacha
1 pacote de bolo
1 pacote de farofa
1 suco concentrado
1 pacote de macarrão
1 lata de ervilha
1 lata de sardinha
1 pacote de azeitonas.

zada no corredor da sede do Poder Judiciário da comarca.

"Os produtos doados serão posteriormente destinados às pessoas carentes favorecidas em data a ser apazada com ampla divulgação na

mídia local, falada e escrita, e no mural deste Fórum", informa Raphael Leite Guedes.

Ainda segundo o juiz, em data a ser marcada, será divulgada na mídia local e no mural do Fórum a quanti-

Divulgação



Cestas básicas e presentes serão distribuídos no Natal pela Comarca de Bom Jardim a famílias carentes

dade e descrição dos itens arrecadados, bem como a localidade favorecida para o recebimento dos itens.

Codó

Na Comarca de Codó a festa ficou por conta das comemorações do Dia do Idoso. A festa foi realizada no último dia 27 no Salão do Júri do Fórum de Codó.

O juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, titular da 3ª Vara da comar-

ca e diretor do Fórum, destacou a importância do idoso na sociedade atual. A iniciativa do juiz contou com a participação dos servidores lotados na diretoria do Poder Judiciário local.

Na programação do evento, do qual participaram 12 idosos da Casa de Idosos São Pio, atendimento médico com enfermeiros, fisioterapeuta e nutricionista, além de distribuição de sopa entre os presentes. A apresentação do coral do

Instituto Mauá constou das homenagens aos idosos.

Na ocasião, representante da Casa de Idosos Bernardo recebeu do diretor do fórum os alimentos arrecadados entre as unidades judiciais. ●

NA WEB

Mais notícias de Cidades em oestadoma.com

Mais 210 homens deverão ter câncer de próstata em São Luís

Estimativa do Instituto Nacional do Câncer é referente a este ano e prevê ainda que, em todo o Maranhão, serão mais 1.050 homens acometidos por esse tipo de câncer; campanha Novembro Azul alertará para o diagnóstico precoce

Até o fim do ano, 210 homens serão diagnosticados com câncer de próstata em São Luís. No Maranhão, esse número chegará a 1.050, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Esses dados colocam a neoplasia como a que tem maior incidência entre todos os tipos de câncer registrados entre homens, com 31,61%. A taxa supera até mesmo, em termos de comparação, o câncer de mama feminino e o de colo de útero. Em todo o Brasil, estimam-se para este ano 61.200 casos de câncer de próstata. Esses valores correspondem a um risco estimado de 61,82 casos a cada 100 mil homens.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), o câncer de próstata é a neoplasia sólida mais comum e a segunda maior causa de óbito oncológico no sexo masculino. Estima-se que quase 25% dos portadores de câncer de próstata ainda morrem devido à doença. Isso porque pelo menos 20% dos portadores são diagnosticados em estágios avançados, enquanto as maiores taxas de cura estão aliadas a uma descoberta precoce.

No entanto, ainda segundo a SBU, notou-se um declínio impor-

tante nas últimas décadas em decorrência principalmente de políticas de rastreamento da doença e maior conscientização da população masculina. Isso decorre, entre outras coisas, da conscientização de que os homens têm que, a partir de 50 anos, procurar um profissional especializado para avaliação individualizada.

Campanhas

E campanhas como a Novembro Azul, que começa hoje em todo o Brasil, buscam alertar nos homens essa necessidade. Em São Luís, uma das realizadoras da campanha é o Hospital Aldenora Bello, mantido pela Fundação Antonio Dino. No estado, a fundação promove a campanha desde 2013, sendo pioneira na região. No ano passado, visando a um maior alcance da população, foram realizadas ações voltadas para grupos e empresas locais.

A abertura oficial da campanha ocorrerá em 10 de novembro, no Fórum Desembargador José Sarney, com a palestra "Saúde Masculina – Novembro Azul" proferida pelo urologista Valden Monteles, do Hospital do Câncer Aldenora Bello, e apresentação do espetáculo Pão com Ovo, com um texto exclusivo para a campanha.

Já a partir de hoje, a fachada do Hospital Câncer Aldenora Bello terá iluminação em azul e também venderá camisas e materiais promocionais da campanha, com o objetivo de angariar fundos para melhorias do setor de urologia do hospital.

Além disso, diversas ações, como o Minuto Azul e o Momento de Apoio à Saúde do Homem (Masho), irão conscientizar pacientes, visitantes, funcionários e voluntários sobre a necessidade da prevenção.

Doença

A próstata é uma glândula que só o homem possui, localizada na parte baixa do abdômen. Situa-se logo abaixo da bexiga e à frente do reto. A próstata envolve a porção inicial da uretra, tubo pelo qual a urina armazenada na bexiga é eliminada. Ela produz cerca de 70% do sêmen e representa um papel fundamental na fertilidade masculina.

Uma dieta rica em frutas, verduras, legumes, grãos e cereais integrais e com menos gordura, principalmente as de origem animal, ajuda a diminuir o risco do câncer. Especialistas recomendam pelo menos 30 minutos diários de atividade física, manter o peso adequado à altura, diminuir o con-

sumo de álcool e não fumar.

Segundo a Sociedade Brasileira de Urologia, homens a partir de 50 anos devem procurar um profissional especializado para avaliação individualizada. Aqueles da raça negra ou com parentes de primeiro grau com câncer de próstata devem começar aos 45 anos. ●

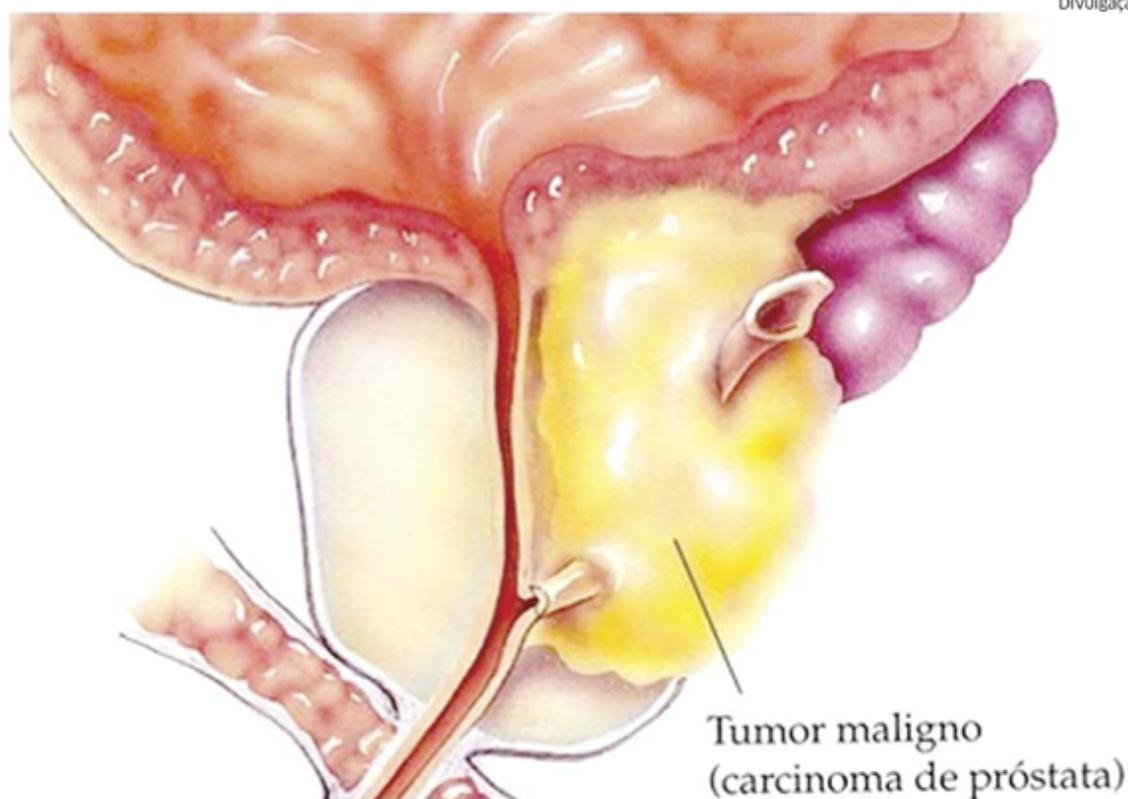


Ilustração mostra uma próstata com câncer; diagnóstico em estágio avançado reduz as chances de cura

MAIS

Os sintomas mais comuns do tumor são: dificuldade de urinar, frequência urinária alterada ou diminuição da força do jato da urina. O toque retal é o teste mais utilizado e eficaz quando aliado ao exame de sangue PSA (antígeno prostático específico), que pode identificar o aumento de uma proteína, que pode ser indício da doença.

OAB apresenta demandas da Comarca de Codó

CODÓ - Representantes da Subseção de Codó da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estiveram reunidos com o presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Cleones Cunha, e apresentaram reivindicações.



Divulgação

Dois assassinatos em Conceição do Lago-Açu

Crimes envolveram duas famílias e começaram em uma festa de reggae no último domingo; polícia abre inquérito e procura os autores dos delitos

Dois assassinatos ocorreram em menos de 12 horas na cidade de Conceição do Lago-Açu. Uma das vítimas, identificada como Carlos César Fernandes Costa, o *Galego*, de 43 anos, segundo a polícia, foi morta a golpes de faca desferidos pelo ex-candidato a vereador do município Carlos da Conceição, o *Birimbal*, de 29 anos, no bar Cara Metade, na Vila Bacia, durante a noite de domingo, 30.

O sargento José Raimundo Chaves, da Polícia Militar, declarou que *Birimbal* e *Galego* estavam participando de uma festa de reggae e acabaram se desentendendo em virtude de uma rixa antiga. No decorrer da briga, *Birimbal* teria aplicado quatro golpes de faca na vítima, um deles no tórax.



Divulgação

Eloilson da Conceição e Carlos César foram as vítimas em Lago-Açu

Galego ainda foi levado para o hospital da cidade, mas já chegou sem vida. O acusado fugiu. O sargento também informou que Jorge

Raimundo Fernandes Costa, o *Zeca de Bernardino*, ficou sabendo da morte de seu irmão na manhã de ontem e se deslocou até a casa do

suspeito, localizada no Centro dessa cidade.

Nesse local, ele acabou matando a tiros Eloilson da Conceição, o *Cambota*, de 26 anos, que era irmão de *Birimbal*. A vítima morreu ainda no local e o corpo foi removido para o hospital dessa cidade para ser periciado e em seguida liberado para os familiares.

O duplo homicídio vai ser investigado pela equipe da Delegacia Regional de Bacabal, sob a coordena-

Um dos mortos seria traficante de droga na cidade

ção do delegado Elson Ramos. Ainda na tarde de ontem, a polícia ainda estava fazendo incursões na localidade para prender Jorge Fernandes e Carlos da Conceição. Inclusive, a polícia já foi solicitou do Poder Judiciário o mandado de prisão dos dois acusados. Há informações de que Carlos da Conceição é usuário de droga e *Galego* era um dos traficantes de entorpecente da região. ●

Suspeito de matar colombiana em Pinheiro é trazido para SL

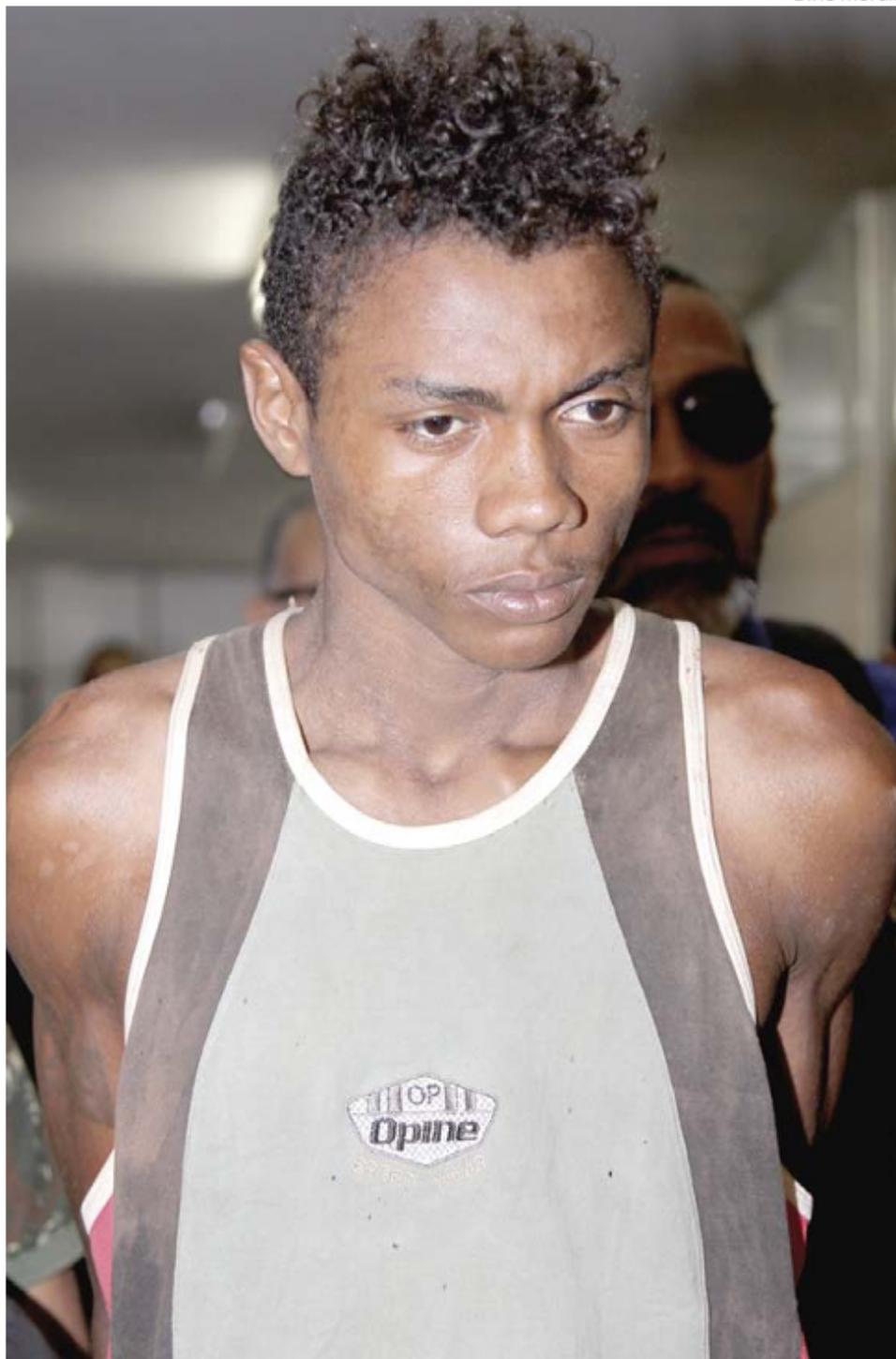
Crime ocorreu no povoado Pirinã no último dia 21 e teve participação de três pessoas; duas delas continuam foragidas; polícia tenta esclarecer os motivos que levaram ao assassinato da mulher, que vendia roçadeiras

ISMAEL ARAÚJO

Da editoria de Polícia

O suspeito do assassinato da colombiana Ana Dolores Rivera Rodriguez, de 32 anos, identificado como Dhiemerson Carlos Pereira, de 26 anos, foi apresentado ontem à imprensa durante coletiva na sede da Secretaria de Segurança Pública, na Vila Palmeira. O corpo da vítima foi encontrado em uma área de matagal, no povoado Pirinã, zona rural de Pinheiro, no último dia 21. Faltam ser presos mais dois envolvidos nesse crime: uma mulher identificada como Carol e um homem conhecido como Laelson. A polícia trabalha com crime de latrocínio, mas existe a possibilidade de a colombiana ter sido executada em um acerto de contas em ligação com a ocorrência de agiotagem.

“A autoria desse crime está definida e clara, mas a motivação continua indefinida”, afirmou o delegado regional de Pinheiro, Carlos Renato de Oliveira. Os autores foram identificados por meio do sistema de monitoramento das câmeras de vídeo por onde os criminosos percorreram no dia do crime, dia 19 de outubro. Já quanto à motivação desse assassinato, a polícia estava trabalhando no primeiro



Dhiemerson Carlos Pereira foi trazido para o presídio em Pedrinhas

Biné Moraes

“A autoria desse crime está definida e clara, mas a motivação continua indefinida”

CARLOS RENATO DE OLIVEIRA,
delegado regional de Pinheiro

**Crime custaria
R\$ 1 mil para
cada um**

**Colombiana
foi levada para
ser executada**

SAIBA MAIS

Cronologia da morte da colombiana

Dia 19 de outubro: desaparecimento da colombiana Ana Dolores Rivera Rodrigues

Dia 21 de outubro: encontrado o corpo da vítima em uma área de matagal no povoado Pirinã, em Pinheiro

Dia 29 de outubro: prisão de um dos envolvidos da morte da colombiana, Dhiemerson Carlos Pereira

Dia 31 de outubro: O acusado foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas

momento como crime de latrocínio, pelo fato de os criminosos terem levado a bolsa e outros pertences da vítima.

Mas, no decorrer da investigação, os investigadores descobriram que a vítima poderia ter sido executada em decorrência de agiotagem. A colombiana, em companhia de seu marido, nome não revelado, eram

vendedora autônoma de máquinas roçadeiras no Maranhão e em outros estados. Também há informações de que o casal emprestava dinheiro a juros para moradores da região.

O delegado declarou ainda que existe informações de que Carol devia uma determinada quantia à vítima e, para não pagar, teria contratado Dhiemerson Pereira e Laelson

para realizarem o homicídio e em troca receberiam R\$ 1 mil cada um.

O crime

No dia do crime, eles disseram à colombiana que a levariam ao povoado Pirinã, em Pinheiro, onde uma pessoa ali residente pretendia comprar uma roçadeira. O delegado Carlos Renato Oliveira disse que a dupla, em companhia da colombiana, saiu da cidade de Santa Helena em um táxi e se deslocou até um posto de combustível, em Pinheiro.

Nesse ponto, eles entraram em uma van que os levariam à residência do provável cliente, mas, no percurso, acabou ocorrendo o assassinato. Ainda segundo o delegado, no povoado Pirinã, Dhiemerson Pereira e Laelson teriam rendido a vítima, que logo depois foi morta com um tiro na cabeça disparado por Carol.

O corpo somente foi encontrado após dois dias e levado para o hospital de Pinheiro, onde foi autopsiado. As investigações foram iniciadas, e no último sábado a polícia conseguiu prender Dhiemerson Pereira, no povoado de São Domingos, na cidade de Turilândia. Durante o seu depoimento, ele confirmou a sua participação no crime e indicou os outros envolvidos, que já estão com prisão preventiva decretada pelo Poder Judiciário. ●

Ex-prefeito de Bacabal é condenado por improbidade administrativa

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram duas sentenças que condenaram o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, ao pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes a remuneração do cargo; à suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos.

Raimundo Lisboa foi condenado de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa e ações que tramitaram no juízo da 1ª Vara da Comarca de Bacabal.

As duas ações civis públicas foram propostas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), atribuindo ao ex-prefeito a conduta de contratação irregular de servidores sem prévio concurso público, durante exercícios anteriores, configurando ato de improbidade administrativa.

Em dois recursos contra condenações semelhantes, o ex-gestor pediu a redução da pena imposta e pontuou que

as contratações teriam o fim de atender excepcional interesse público, cobrindo falta de professores. Afirmou que não houve demonstração de dolo, lesividade, malversação de recursos ou má-fé do administrador, entre outros argumentos.

O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho, frisou os casos de contratação irregular tratados nos processos, conduta que se enquadra em dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, atentando contra princípios da Administração Pública, independentemente de ter causado dano ao erário.

Para o magistrado, o ex-gestor não cumprim com o dever de realizar concurso público para contratação de pessoa, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e representa a efetivação do direito à igualdade e dos princípios que regem a Administração Pública, como impessoalidade e moralidade.

“Embora a lei não exija prejuízo ao erário para confi-

guração de ato de improbidade, é indispensável a presença de conduta dolosa do agente público, que no presente caso caracteriza-se pela vontade livre e consciente de agir em desacordo com a lei”, justificou.

O relator ressaltou ainda que a contratação temporária é válida quando existe excepcional interesse público, com demonstração da real urgência, não se aplicando a exceção às atividades típicas da administração, de atuação rotineira e contínua.

Marcelo Carvalho observou que a Lei de Improbidade objetiva proteger não apenas o patrimônio material da Administração, mas, também, os valores morais, aos quais todo o cidadão tem o direito de ver preservados pelo agente público.

“É o que ocorre neste caso, em que optou o apelante por um meio absolutamente inconstitucional, ilegal, imoral, parcial e desleal, para a contratação de “funcionários públicos”, avaliou. Processos: 43.200/2015 /360342016

ÚLTIMAS

SSP divulga balanço da Operação 'Eleições 2016' no segundo turno



Coletiva na sede da secretaria

SSP divulga balanço da Operação 'Eleições 2016' no segundo turno

A SSP-MA destacou um contingente de mais de 11 mil policiais, sendo 600 policiais militares exclusivamente para garantir a escolta das urnas às seções de votação para o segundo turno eleitoral em São Luís - incluídos aí, equipes do interior do estado e Corpo de Bombeiros

O segundo turno das eleições na capital transcorreu sem registros de ocorrências e dentro da normalidade. Balanço divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-MA) apontou como resultado da operação 'Eleições 2016' apenas três situações no período, todas consideradas de menor potencial ofensivo e que não resultaram em autuação ou prisão. Para os casos foram abertos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) para fins de controle do sistema. O anúncio foi feito durante coletiva à imprensa, na manhã de ontem (31), na sede da SSP, Vila Palmeira.

"Parabenizo o trabalho de toda a corporação que se compromissou em garantir a total segurança neste segundo momento das eleições, conforme foi pactuado com a Justiça Eleitoral. O Estado prestou seu apoio ao aparato federal e tivemos esse resultado positivo", ressaltou o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela. O secretário atribuiu o sucesso da operação 'Eleições 2016' ao trabalho conjunto de todas as polícias - do Estado, Federal - com apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). "Trabalhamos com a integração das forças policiais, resultando na normalidade do pleito. Queremos levar essa integração para além do período eleitoral", reforçou Portela.

O balanço do segundo turno registrou um caso de declaração aberta de voto em seção eleitoral, o que não é permitido.



Coletiva na sede da secretaria

O autor foi orientado a não proceder no ato. Outro caso refere à utilização de material de campanha em via pública, também proibido por configurar possibilidade de indução do eleitor. E o terceiro caso foi de um advogado atuando como fiscal de coligação que portava botton do candidato. Ele foi orientado a retirar o material para prosseguir no trabalho de fiscalização. "A operação preventiva da Segurança conseguiu coibir os crimes mais comuns deste período como a compra de votos e a boca urna, e, qualquer ocorrência que pudesse tumultuar esse momento democrático", destacou o delegado geral de Polícia Civil, Lawrence Melo.

O delegado Lawrence Melo acrescentou, ainda, que as eleições foram tranquilas e a vontade popular plenamente exercida. Para o comandante geral da Polícia Militar, José Frederico Pereira. "O compartilhamento de informações e o trabalho conjunto das Forças culminaram

com este que foi um dos processos eleitorais mais tranquilos que já tive conhecimento, em toda a minha experiência com eleições", enfatizou Pereira.

Participaram, ainda, da coletiva o comandante geral do Corpo de Bombeiros, coronel Célio Roberto, cujas equipes fizeram a guarda das urnas durante o período; e o Superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCC), Dircival Rodrigues.

A SSP-MA destacou um contingente de mais de 11 mil policiais, sendo 600 policiais militares exclusivamente para garantir a escolta das urnas às seções de votação para o segundo turno eleitoral em São Luís - incluídos aí, equipes do interior do estado e Corpo de Bombeiros. Foram 16 equipes de policiais distribuídos para garantir que as 1.968 urnas fossem entregues nos 260 locais de votação para as eleições. O planejamento contou ainda com reforço de 1,5 mil oficiais das Forças Armadas.

TRE CONFIRMA ÊXITO - A tranquilidade do processo foi atestada, também, pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Lourival Serejo. Ele elogiou o trabalho de todos os envolvidos no processo eleitoral, destacando o esquema de segurança que garantiu tranquilidade antes, durante e após a votação. "Temos a satisfação de fazer este anúncio coroado de êxito. Atravessamos esse processo com coragem, planejamento, organização e muita disposição de nossos servidores e isto é um orgulho para a Justiça Eleitoral em prestar esse serviço à comunidade de São Luís e à democracia", disse o desembargador. Serejo ressaltou ainda o compromisso com a ética, transparência, celeridade e com a solidificação da República no processo. "E a imprensa, novamente, agiu como aliada porque contribuiu para a transparência das eleições", destacou.

Eleição sem prisões no segundo turno

Balanco foi divulgado ontem pela Secretaria de Segurança Pública e apontou como resultado apenas três situações, todas consideradas de menor potencial ofensivo e abertos TCOs

O segundo turno das eleições na capital transcorreu sem registros de ocorrências e dentro da normalidade. Balanco divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-MA) apontou como resultado da operação 'Eleições 2016' apenas três situações no período, todas consideradas de menor potencial ofensivo e que não resultaram em autuação ou prisão. Para os casos foram abertos Termos Circunstancia-

dos de Ocorrência (TCOs) para fins de controle do sistema. O anúncio foi feito durante coletiva à imprensa, na manhã de ontem (31), na sede da SSP, Vila Palmeira.

"Parabenizo o trabalho de toda a corporação que se compromissou em garantir a total segurança neste segundo momento das eleições, conforme foi pactuado com a Justiça Eleitoral. O Estado prestou seu apoio ao aparato federal e tivemos esse resultado positivo", ressaltou o

secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela. O secretário atribuiu o sucesso da operação 'Eleições 2016' ao trabalho conjunto de todas as polícias – do Estado, Federal – com apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). "Trabalhamos com a integração das forças policiais, resultando na normalidade do pleito. Queremos levar essa integração para além do período eleitoral", reforçou Portela.

O Estado prestou seu apoio ao aparato federal e tivemos esse resultado positivo

Jefferson Portela,
secretário de Segurança



Declaração aberta de voto em sessão eleitoral

O balanço do segundo turno registrou um caso de declaração aberta de voto em seção eleitoral, o que não é permitido. O autor foi orientado a não proceder no ato. Outro caso refere à utilização de material de campanha em via pública, também proibido por configurar possibilidade de indução do eleitor. E o terceiro caso foi de um advogado atuando como fiscal de coligação que portava botton do candidato. Ele foi orientado a retirar o material para prosseguir no trabalho de fiscaliza-

ção. "A operação preventiva da Segurança conseguiu coibir os crimes mais comuns deste período como a compra de votos e a boca urna, e qualquer ocorrência que pudesse tumultuar esse momento democrático", destacou o delegado-geral de Polícia Civil, Lawrence Melo.

O delegado Lawrence Melo acrescentou, ainda, que as eleições foram tranquilas e a vontade popular plenamente exercida. Para o comandante geral da Polícia Militar, José Frederico Pereira. "O compartilhamento de

informações e o trabalho conjunto das Forças culminaram com este que foi um dos processos eleitorais mais tranquilos que já tive conhecimento, em toda a minha experiência com eleições", enfatizou Pereira.

Participaram, ainda, da coletiva o comandante geral do Corpo de Bombeiros, coronel Célio Roberto, cujas equipes fizeram a guarda das urnas durante o período; e o Superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCC), Dircival Rodrigues.

A SSP-MA destacou um

contingente de mais de 11 mil policiais, sendo 600 policiais militares exclusivamente para garantir a escolta das urnas às seções de votação para o segundo turno eleitoral em São Luís – incluídos aí, equipes do interior do estado e Corpo de Bombeiros. Foram 16 equipes de policiais distribuídos para garantir que as 1.968 urnas fossem entregues nos 260 locais de votação para as eleições. O planejamento contou ainda com reforço de 1,5 mil oficiais das Forças Armadas.

Participação de juízes

Cento e doze magistrados vão participar da cerimônia de Casamento Comunitário gratuito que reunirá cerca de 950 casais no dia 12 de novembro, no Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Bacanga, em São Luís.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, assinou a Portaria (nº 4009/2016) de designação dos magistrados de comarcas de todo o Estado que vão se deslocar de suas unidades judiciais até a cidade universitária para colaborar na celebração dos matrimônios.

Tribunal mantém condenação de ex-prefeito

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram duas sentenças que condenaram o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, ao pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes a remuneração do cargo; à suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos. Raimundo Lisboa foi condenado de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa e ações que tramitaram no juízo da 1ª Vara da Comarca de Bacabal.

As duas ações civis públicas foram propostas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), atribuindo ao ex-prefeito a conduta de contratação irregular de servidores sem prévio concurso público, durante exercícios anteriores, configurando ato de improbidade administrativa.

Em dois recursos contra condenações semelhantes, o ex-gestor pediu a redução da pena imposta e pontuou que as contratações teriam o fim de atender excepcional interesse público, cobrindo falta de professores. Afirmou que não houve demonstração de dolo, lesividade, malversação de recursos ou má-fé do administrador, entre outros argumentos.

O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho, frisou os casos de contratação irregular tratados nos processos, conduta que se enquadra em dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, atentando contra princípios da Administração Pública,

independentemente de ter causado dano ao erário.

Para o magistrado, o gestor não cumpriu com o dever de realizar concurso público para contratação de pessoal, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e representa a efetivação do direito à igualdade e dos princípios que regem a Administração Pública, como impessoalidade e moralidade.

“Embora a lei não exija prejuízo ao erário para configuração de ato de improbidade, é indispensável a presença de conduta dolosa do agente público, que no presente caso caracteriza-se pela vontade livre e consciente de agir em desacordo com a lei”, justificou.

O relator ressaltou ainda que a contratação temporária é válida quando existe excepcional interesse público, com demonstração da real urgência, não se aplicando a exceção às atividades típicas da administração, de atuação rotineira e contínua.

Marcelo Carvalho observou que a Lei de Improbidade objetiva proteger não apenas o patrimônio material da Administração, mas, também, os valores morais, aos quais todo o cidadão tem o direito de ver preservados pelo agente público.

“É o que ocorre neste caso, em que optou o apelante por um meio absolutamente inconstitucional, ilegal, imoral, parcial e desleal, para a contratação de “funcionários públicos”, avaliou. Processos: 43.200/2015 /360342016. (*Juliana Mendes - Asscom TJMA*)

Qualificação

A OAB/MA, por meio da Escola Superior da Advocacia – ESA, já realizou no ano de 2016 vários cursos de qualificação e treinamento no sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe). A ação tem por objetivo a certificação de mais de mil advogados para a utilização do Sistema PJe. A Diretora Executiva da Escola, Dra. Lilianne Furtado, informou que o objetivo agora é qualificar ainda mais os advogados das comarcas do interior do Estado, fazendo com que esse curso vá a todas as Subseções por meio da itinerância, assim como foi com o Seminário de Direito Eleitoral. De acordo com informações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no mês de novembro e dezembro, o Sistema será implantado também nas comarcas de Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz e Caxias. Atualmente, 32% da distribuição de processos na Justiça maranhense ocorre por meio eletrônico.

Ex-prefeito de Bacabal é condenado por improbidade administrativa

Divulgação

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram duas sentenças que condenaram o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, ao pagamento de multa civil equivalente a 100 vezes a remuneração do cargo; à suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público, ambos pelo prazo de três anos. Raimundo Lisboa foi condenado de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa e ações que tramitaram no juízo da 1ª Vara da Comarca de Bacabal. As duas ações civis públicas foram propostas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), atribuindo ao ex-prefeito a conduta de contratação irregular de servidores sem prévio concurso público, durante exercícios anteriores, configurando ato de improbidade administrativa.

Em dois recursos contra condenações semelhantes, o ex-gestor pediu a redução da pena imposta e pontuou que as contratações teriam o fim de atender excepcional interesse público, cobrindo falta de professores. Afirmou que não houve demonstração de dolo, lesividade, malversação de recursos ou má-fé do administrador, entre outros argumentos. O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho, frisou os casos de contratação irregular tratados nos processos, conduta que se enquadra em dispositivos da Lei de Improbidade



O ex-prefeito Raimundo Lisboa quando foi preso, no mês de novembro do ano passado

Administrativa, atentando contra princípios da Administração Pública, independentemente de ter causado dano ao erário. Para o magistrado, o ex-gestor não com cumpriu com o dever de realizar concurso público para contratação de pessoa, que é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e representa a efetivação do direito à igualdade e dos princípios que regem a Administração Pública, como impessoalidade e moralidade. “Embora a lei não exija prejuízo

ao erário para configuração de ato de improbidade, é indispensável a presença de conduta dolosa do agente público, que no presente caso caracteriza-se pela vontade livre e consciente de agir em desacordo com a lei”, justificou. O relator ressaltou ainda que a contratação temporária é válida quando existe excepcional interesse público, com demonstração da real urgência, não se aplicando a exceção às atividades típicas da administração, de atuação rotineira

e contínua. Marcelo Carvalho observou que a Lei de Improbidade objetiva proteger não apenas o patrimônio material da Administração, mas, também, os valores morais, aos quais todo o cidadão tem o direito de ver preservados pelo agente público. “É o que ocorre neste caso, em que optou o apelante por um meio absolutamente inconstitucional, ilegal, imoral, parcial e desleal, para a contratação de “funcionários públicos”, avaliou.

‘Eleições 2016’

Em coletiva, SSP divulga balanço da operação no segundo turno

Francisco Silva

O segundo turno das eleições na capital transcorreu sem registros de ocorrências e dentro da normalidade. Balanço divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-MA) apontou como resultado da operação ‘Eleições 2016’ apenas três situações no período, todas consideradas de menor potencial ofensivo e que não resultaram em autuação ou prisão. Para os casos foram abertos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) para fins de controle do sistema. O anúncio foi feito durante coletiva à imprensa, na manhã desta segunda-feira (31), na sede da SSP, no Outeiro da Cruz.

“Parabenizo o trabalho de toda a corporação que se compromissou em garantir a total segurança neste segundo momento das eleições, conforme foi pactuado com a Justiça Eleitoral. O Estado prestou seu apoio ao aparato federal e tivemos esse resultado positivo”, ressaltou o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela.

O secretário atribuiu o sucesso da operação ‘Eleições 2016’ ao trabalho conjunto de todas as polícias – do Estado, Federal – com apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Tribunal de



Secretário Jefferson Portela e demais membros da cúpula da Segurança em coletiva na sede da SSP

Justiça do Maranhão (TJMA). “Trabalhamos com a integração das forças policiais, resultando na normalidade do pleito. Queremos levar essa integração para além do período eleitoral”, reforçou Portela. O balanço do segundo turno registrou um caso de declaração aberta de voto em seção eleitoral, o que não é permitido. O autor foi orientado a não proceder no ato. Outro caso refere à utilização de material de campanha em via pública, também proibido por configurar possibilidade de indução do eleitor. E o terceiro caso foi de um advogado atuando como fiscal de coligação que portava botton do candidato. Ele foi orientado a retirar o material

para prosseguir no trabalho de fiscalização. Para o comandante geral da Polícia Militar, coronel José Frederico Pereira, o compartilhamento de informações e o trabalho conjunto das Forças culminaram com a tranquilidade das eleições. “Este que foi um dos processos eleitorais mais tranquilos que já tive conhecimento, em toda a minha experiência com eleições”, enfatizou Pereira. Participaram, ainda, da coletiva o delegado geral de Polícia Civil, Lawrence Melo, o comandante geral do Corpo de Bombeiros, coronel Célio Roberto, cujas equipes fizeram a guarda das urnas durante o

período; e o superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCC), Dircival Rodrigues. A SSP-MA destacou um contingente de mais de 11 mil policiais, sendo 600 policiais militares exclusivamente para garantir a escolta das urnas às seções de votação para o segundo turno eleitoral em São Luís – incluídos aí, equipes do interior do estado e Corpo de Bombeiros. Foram 16 equipes de policiais distribuídos para garantir que as 1.968 urnas fossem entregues nos 260 locais de votação para as eleições. O planejamento contou ainda com reforço de 1,5 mil oficiais das Forças Armadas.

Desce

O ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Nonato Lisboa, foi condenado pelos desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) por atos de improbidade administrativa durante sua gestão. O ex-gestor terá que pagar o equivalente a 100 vezes a remuneração do cargo e teve os seus direitos políticos suspensos por três anos.

‘Cartório do Futuro’ visa agilizar trâmite processual nas varas da Fazenda Pública

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) estuda projeto que objetiva unificar as secretarias judiciais das cinco primeiras varas da Fazenda Pública do termo da comarca da Ilha de São Luís, através de uma Secretaria Digital Remota (SRD), que irá agilizar a tramitação processual nessas unidades. O projeto, denominado Cartório do Futuro, foi apresentado à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, pelo juiz corregedor Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), no último dia 27.

A Secretaria Remota Digital seria estruturada para atender exclusivamente os processos eletrônicos das cinco varas da Fazenda Pública, possuindo uma coordenação e setores distintos por atividades, sem a necessidade da criação de novos cargos e aquisição de novas tecnologias. As seções da SRD serão divididas em três partes: processamento (cumprimento das deliberações do gabinete do magistrado); movimentação (controle de prazos, etc); e atendimento ao público.

Segundo o magistrado, a existência de uma secretaria híbrida com processos físicos e eletrônicos, a crescente demanda processual e o alto índice de congestionamento nessas unidades judiciárias tornam necessária a implementação de modelos de gestão

de produtividade cada vez mais eficientes, otimizando recursos humanos e tecnológicos. “No âmbito do Poder Judiciário do 1º grau, a sugestão é a adoção de um modelo já existente em outros estados, onde os resultados são tecnicamente garantidos”, ressaltou Gladiston Cutrim.

De acordo com o juiz Gladiston Cutrim, seria inviável adotar o mesmo tipo de gestão para os processos físicos e eletrônicos, de forma que o estudo de diversos modelos possibilitou a elaboração de uma proposta inicial de implantação do Cartório do Futuro. A corregedora Anildes Cruz conheceu experiências já trabalhadas em outros Tribunais de Justiça, como o do Mato Grosso do Sul (TJMS), Ceará (TJCE), Santa Catarina (TJSC) e São Paulo (TJSP). A magistrada ressaltou que a proposta é bem vinda, principalmente, num momento em há necessidade de buscar saídas para a redução do índice de congestionamento processual, e que não acarretem novos custos.

A juíza auxiliar da CGJ, Rosângela Prazeres, e o diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, também participaram do encontro que discutiu a proposta apresentada pela Coordenação de Planejamento Estratégico da Corregedoria.